

## “Newton” zomba do lado ridículo do teatro judicial

Não gosto de bichos de estimação. Quem quiser ter cachorro em casa, deve pagar imposto por isso, da mesma forma que quem tem automóvel. É a reparação pela poluição sonora, fecal e pelo perigo que oferecem. Eles latem, mordem, assustam, sujam, contaminam as praias. Quem não pagar o imposto, é te. Podemos exportar para a Coreia, por exemplo.



É com essa provocação que o advogado criminalista

**Luís Francisco Carvalho Filho** começa seu livro — um "romance" esclarece na capa — *Newton* (136 páginas, Editora Fósforo). Calma, a opinião não é dele. É do protagonista do livro, pessoa que se nega a informar sobrenome, filiação, local ou data de nascimento. "Não sou obrigado", explica. A tributação de pets é o primeiro desacato ao senso comum, de uma série que marca o texto.

O autor constrói a trama desafiando noções e julgamentos morais baldios com diálogos insólitos, mas verossímeis. Promotor, delegado, juíza, escrivão, agente, advogado — todos tentam impor ao protagonista que se submeta a regras não escritas, mas que todos seguem cegamente: ter sobrenome, documentos, endereço e outras convenções que, se não são obrigatórias legalmente, compõem o protocolo da vida em sociedade.

O livro, de certa forma, tenta sacudir as pessoas para ver se a ficha cai. Mostra o lado ridículo do teatro judicial, em que o formalismo enfeitado se sobrepõe à vida real do cotidiano. Algo que Luís Francisco já havia feito no livro de contos ["Nada mais foi dito nem perguntado"](#), que foi adaptado para o teatro pela companhia Folias D'Arte

Com a mesma destreza da obra anterior, o autor trafega do idioma formal ao coloquial com igual naturalidade. O ritmo é sincopado e galopante. Ao encarnar os diferentes papéis, Carvalho Filho leva o leitor pela mão até o desfecho sufocante.

*Newton*, o personagem, não aceita se subjugar e paga caro por isso. Faz o inverso do que propõe, em



canção, outro Chico, o Buarque, em "Vence na Vida quem diz Sim", também como ficção, claro — para a peça "Calabar", em 1972, quando a música e a peça foram censuradas pelo regime militar. Mas a censura de que trata Newton não é apenas a vertical. Ele fala mais do caráter autoritário das pessoas comuns, como donos de cachorros, por exemplo.

O livro tem uma proposta específica, subliminar: explorar todo o sentido da liberdade de expressão, insistentemente sufocada por crenças religiosas, ideológicas ou pelo interminável capítulo da "moral e dos bons costumes", algo que Carvalho Filho, evidentemente, repudia e despreza.

*Newton* é perturbador, instigante e, feliz ou infelizmente, curto. Até com o tamanho da obra o autor quis ser insolente. Mas o esforço para incomodar não atinge o objetivo. O livro é aflitivo, mas hipnótico — em especial para quem sofre o Direito e a Justiça na pele.

Carvalho Filho compôs o modelo narrativo na forma de diálogos, como uma peça de teatro — feitiço que herdou do amigo Otavio Frias Filho, com quem compartilhava o ceticismo e o olhar crítico em relação à falsa moral e aos falsos "bons costumes". Advogado da *Folha de S.Paulo* há 37 anos, o autor de *Newton* influenciou fortemente na linha editorial do jornal, no que toca aos limites da liberdade de expressão.

O credo que *Newton* professa nessa obra é muito parecido com o que o autor sempre pregou: o de que ordens judiciais ilegais não deveriam ser cumpridas, quando tratam da censura não prevista no ordenamento jurídico brasileiro, por exemplo.

O livro terá sessão de autógrafos em 10 de setembro, um sábado, a partir das 11h, na livraria Megafauna, à avenida Ipiranga, 200, loja 53, em São Paulo. [Clique aqui](#) para mais informações sobre o livro.

## Meta Fields